

UM LEITOR SEM QUALIDADES

Valéria Augusti*

Os Manuais de Retórica foram presença obrigatória nas salas de aula do Brasil Imperial. Serviram ao ensino dos gêneros da eloquência, bem como à reflexão teórica acerca de um gênero que, recém-chegado ao mundo das letras, agradava a um número considerável de leitores: o romance. Nesta comunicação pretende-se discutir as concepções de crítica literária vigentes em alguns desses tratados de retórica e sua relação com o desprestígio do romance e de seu público leitor.

O desprestígio do público leitor mais amplo, daquele que não manifesta suas opiniões nas colunas de crítica dos jornais, tão pouco nas revistas literárias ou nos bancos das universidades não é prática que tenha se inaugurado nos dias atuais. Esse leitor anônimo, cuja voz não tem prestígio, nem lugar de expressão a não ser entre a roda de amigos, deveu e deve ainda sua existência ao surgimento de um conjunto de instituições e de personagens caros ao que se pode denominar Campo Literário. A emergência de instâncias responsáveis por garantir a circulação e consagração do produto literário, como editoras, críticos especializados, academias literárias, escolas e universidades produziu também o surgimento de um olhar específico, orientado por categorias de percepção e apreciação em grande medida distintas daquelas manifestas pelo leitor comum¹.

A escolarização da Literatura, fundamental à reprodução de tais categorias de percepção, bem como à consagração de autores e obras, teve início, no caso do Brasil, a partir da década de 60 do século XIX. Antes do surgimento de uma disciplina

* Doutora em Teoria e História Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da UNICAMP.

especialmente dedicada ao literário, o que havia, de fato, era a de poética e retórica, saberes que, conjuntamente, eram responsáveis pelo ensino das artes da persuasão e do bem dizer, assim como pela aprendizagem dos gêneros firmados pela tradição, levada a cabo por meio da imitação dos daqueles que era considerados seus melhores modelos.

Em 1860, quando a disciplina de Literatura Nacional entrou para os programas de ensino, ela foi, a princípio, anexada à de Retórica e Poética, ministrada no 7º ano escolar. Denominava-se, então, “Retórica e Poética, Literatura Nacional e Gramática filosófica”. Para ministrá-la, o professor da cadeira, cônego Fernandes Pinheiro, adotou três obras: *Nova Retórica de Victor Le Cler*, traduzida por Francisco de Paula Menezes, *Lições Elementares de Poética Nacional*, de Francisco Freire de Carvalho, e a *Nova Retórica Brasileira* de Antonio Marciano da Silva Pontes. Nenhuma dessas obras fazia qualquer referência a romances.

Para compreender essa ausência é necessário ter em vista tanto as representações sobre o gênero e seu público leitor, quanto as práticas de leitura que lhe eram atribuídas.

Desde pelo menos a década de 30 do século XIX, acreditava-se que o romance tinha um destino “popular”, uma vez que sua leitura não exigia o domínio de um repertório normativo, como ocorria com os gêneros clássicos. Para entrar em contato com estes últimos era necessário levar a bom termo uma série de operações prévias, que compreendiam o conhecimento das artes retóricas e poéticas, bem como dos livros dedicados a métodos de estudo, responsáveis por oferecer informações sobre a língua e a cultura daquelas que eram consideradas as principais literaturas, quais sejam, a latina, a grega e a francesa. Somente por meio do estudo sistemático desses compêndios é que se podia, efetivamente, considerar-se apto à leitura, julgamento e imitação das obras².

Os bons gêneros, ou seja, os que possuíam dignidade literária eram, pois, aqueles cujo sentido deveria ser apreendido por meio de uma série de operações compartilhadas apenas por um público restrito³. E o domínio das artes poéticas e retóricas implicava justamente isso: o conhecimento de certa técnica de interpretação e produção do

discurso, entre eles o das Belas Letras, e uma prática social de caráter distintivo, que permitia a um grupo social restrito se assegurar da propriedade da palavra, já que tributária, como bem assinala Roland Barthes a propósito da retórica, de *uma iniciação custosa, fechada “àqueles que não sabem falar”*⁴. Marca evidente desse caráter distintivo pode ser encontrada, com certa freqüência, no interior dos próprios tratados de retórica adotados pelas instituições de ensino do Brasil Imperial, entre elas o Colégio Pedro II, responsável pela formação de boa parte das elites brasileiras do oitocentos. Preocupados em circunscrever os domínios da crítica, os retores assinalavam, com ênfase, a distância que separava o gosto educado daquele professado pela opinião comum:

Contra os preceitos da crítica é costume apresentar-se os aplausos e elogios que as mais das vezes os escriptores cujas obras estão em diametral oposição aos dictames da crítica recebem do povo.

Verdade é que esses aplausos podem valer muito em favor da obra, porém nem sempre o povo ou a classe menos instruída da sociedade pode discernir em uma obra o que é bello do que não o é. (...)

Pode-se objetando, dizer a opinião de um homem não equivale nesse caso a de muitos, porém a isto, responde-se que a paixão cega e illude, e portanto a opinião de um homem que vê claramente, porque é instruído e desapaixonado, sempre tem mais valor do que a de muitos que não vêem porque estão apaixonados⁵.

Resultado de um processo de aprendizagem, a apreciação crítica fundava-se, pois, na oposição entre a “opinião esclarecida”, a quem se atribuía a capacidade de discernir o belo; e a opinião orientada pelas paixões cegas, que se acreditava acometerem os

julgamentos daqueles que não compartilhavam dos mesmos procedimentos de análise e interpretação do produto literário.

Pois era justamente no domínio dessas paixões cegas que para alguns se situava a leitura de romances. Considerada uma perda de tempo pelos filósofos, era compreendida, sobretudo pelos moralistas, como uma verdadeira ameaça aos costumes, capaz de infundir nos leitores idéias e padrões de comportamento viciosos. Era o que parecia crer o padre Lopes Gama, em artigo publicado no periódico *O Carapuceiro*:

Em que se há de entreter esta santinha a noite inteira? Oh, essa é boa! E para que se compuseram as Mil e uma noites, os Mil e um quartos de hora, as Adelaises, o Menino da selva, as Joaninhas, e tantas novelas, cuja nomenclatura talvez exceda às bibliotecas do Vaticano e do Escorial? Em ler esses bons mestres de moral, na aquisição dessas idéias eróticas entretém-se a menina (muito proveitosamente) até meia-noite, hora da ceia, e daí para a cama. Em que se ocupa esta senhora toda a sua vida? Em nada. Pois não sabe coser, nem bordar, nem remendar? Nada disto: nunca tais grosserias lhe ensinaram. Saberá ao menos fazer torcida? É boa pergunta essa. Torcidas só fazem escravas, ou gente miserável. E sendo tão versada em novelas sentimentais, terá adquirido a habilidade de fazer charadas? Talvez que alguma mademoiselle Brumont lha tenha ensinado⁶.

Narcótica e perigosa, a leitura de romances parecia-lhe duplamente perigosa, pois afastava as donzelas de seus afazeres domésticos e deixava-as entregues a toda sorte de idéias eróticas. No entanto, a opinião de Lopes Gama, professada em fins da década de 40 do século XIX, não era unanimidade, pois havia quem já estivesse sintonizado com as discussões européias sobre o gênero, das quais resultara justamente o argumento oposto acerca das consequências de sua leitura. Apropriando-se do preceito horaciano –

utile et dulci – muitos homens de letras passaram a argumentar que o romance seria muito instrumento interessante de moralização e instrução do “povo”:

O romance é d'origem moderna; veio substituir as novellas e as histórias, que tanto deleitavam nosso paes. É uma leitura agradável, e diríamos quase um alimento de fácil digestão proporcionado a estômagos fracos. Por seu intermédio pode-se moralizar e instruir o povo fazendo-lhe chegar ao conhecimento de algumas verdades metaphysicas, que aliás escapariam a sua compreensão⁷.

Muito embora encontrassem uma utilidade para a leitura de romances, legitimando seu direito à existência, não se pode dizer, de fato, que possuísse a dignidade dos demais gêneros, ou seja, daqueles que haviam sido firmados pela tradição. Mesmo aceito, o romance continuava a ocupar um lugar pouco prestigioso no campo das Belas Letras, uma vez que o público leitor que se lhe atribuía era destituído de qualquer qualidade do ponto de vista das elites letreadas. Por consequência, a prática de leitura de romances era associada a uma atividade amena e relaxante que não requeria qualquer esforço ou reflexão por parte do leitor⁸. Ler um romance significava divertir-se e, na melhor das hipóteses - a desejada por grande parcela da crítica - encontrar modelos de conduta edificantes. Jamais se pensava que a sua leitura pudesse, como era o caso dos demais gêneros, servir à formação do estilo, por exemplo.

Mas foi justamente nesse terreno, que incluía a formação do estilo, mas não se restringia a ele, que resolveram intervir os retores. Quando a leitura de romances já parecia não ameaçar os costumes, como acreditavam os moralistas, pareceu a eles que era necessário estabelecer algum tipo de controle sobre o gênero, impedindo que representasse uma ameaça às normas do bom gosto.

Foi assim que, em 1850, o autor das *Lições Elementares de Eloquência Nacional* achou por bem tecer, nessa que era a 4º edição da obra, algumas considerações sobre o romance. Para tanto, dedicava-lhe um capítulo específico ao qual denominava: “De outros gêneros de composição, que entrão no domínio da eloquência, tomada em toda a extensão desse vocáculo”. Tal denominação não deixava dúvida: o romance era, pois, compreendido como um gênero da eloquência, ou seja, das artes destinadas a persuadir o leitor, fazendo lembrar a crença nos efeitos produzidos por sua leitura, ou seja, em sua capacidade de mover o leitor, levando-o a conduzir suas ações em conformidade com os padrões de conduta ali representados.

No momento em que seu autor, Freire de Carvalho, cedeu espaço ao gênero em seu tratado de eloquência (1850), o mercado editorial brasileiro não contava apenas com a prosa de ficção estrangeira, pois já era possível encontrar romancistas brasileiros que haviam se tornado conhecidos em virtude da publicação de uma série de romances: Joaquim Manoel de Macedo havia dado à luz *A Moreninha*, *O Moço Loiro*, *Os Dois Amores e Rosa*; e Teixeira e Souza, ao *Filho do Pescador* e *As Tardes de um Pintor*. É possível supor, portanto, que a inserção do romance na edição de 1850 tenha sido também uma resposta ao incremento da produção nacional e a sua positiva recepção, sugerida, inclusive, nas palavras iniciais de Freire de Carvalho a respeito do gênero:

§40 *Este Gênero de composição, frivollo na aparência, mas tão acolhido hoje pela Mocidade dos dous sexos, e até por grande numero de indivíduos de idade madura, tem uma grande influencia sobre os costumes, e sobre o Gosto: e merece por isso ser dirigida pela sãa e illustrada critica litterária*⁹

Reconhecendo o amplo espectro de leitores que o romance abarcava, bem como a possibilidade de seus efeitos não se restringirem tão somente ao domínio dos costumes,

causando verdadeiro impacto na formação do gosto, a retórica, domínio por excelência dos gêneros tradicionais, via-se, pois, obrigada a acolher em seu seio, aquele que, por muito tempo, fora considerado um gênero menor. Ansiando o controle de sua produção e leitura, os retores contribuíam, assim, para o processo de enobrecimento de um gênero cuja dignidade literária padecia de muitas suspeitas. E assim, pode-se dizer, as preferências desse leitor acometido pelas paixões e pela falta de discernimento, fazia com que o romance arrombasse as portas da retórica.

¹ A respeito da noção de campo literário conferir: BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

² A esse respeito conferir: ABREU, Márcia Azevedo de. *Os caminhos dos livros*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, ALB; São Paulo: FAPESP, 2003

³ Idem, ibidem.

⁴ BARTHES, ROLAND. A retórica antiga. IN: *Pesquisas de retórica*. São Paulo: Editora Vozes, 1975, p. 149.

⁵ MENEZES VIEIRA. *Pontos de retórica e poética segundo o programa do Imperial Collegio Pedro II e doutrinas dos srs. Freire de Carvalho e Borges de Figueiredo por ... RJ Typ. E Lith. Esperança de Santos e Vellozo*, 1868, p. 69.

⁶ GAMA, Lopes. “O Vadiismo”. *O Carapuceiro*, Recife, 17 jun. 1837. In: *O Carapuceiro: Crônicas de costumes*. Organização Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 197-198. A respeito das críticas de Lopes Gama ao romance, conferir também SILVA, Hebe Cristina da. *Padre Lopes Gama e o romance no Brasil*. Texto apresentado no II Congresso de História do Livro e da leitura no Brasil. Campinas: UNICAMP-IEL, 22 a 25 de julho de 2003.

⁷ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Vicentina. *Guanabara, revista mensal, artística, científica e litteraria* redigida por uma Associação de litteratos e dirigida por Manoel de Araujo Porto Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo, Rio de Janeiro, Tomo III, nº 1, p. 17-20, março de 1855.

⁸ A crença segundo a qual o romance pouco exigia do leitor tinha suas raízes nas discussões européias sobre o gênero, que vinham sendo feitas desde pelo menos o século XVII. Um dos autores mais citados pelos manuais escolares brasileiros, o teólogo francês Pierre Daniel Huet foi fonte de muitas das considerações sobre o gênero no Brasil, inclusive daquelas que diziam respeito a seu público leitor. Na *Lettre à M. de Segrais sur l'origine des roman*, publicada em 1670 no primeiro tomo de *Zaide* de Mme de Lafayette, Huet observava que, por ser mais simples e menos elevado do que a poesia, o romance tornava possível aprender as matérias que de ordinário se apresentavam aos sentidos, sem que para isso fosse necessário grande esforço, raciocínio ou memória por parte do leitor: “C'est ce que font les romans: il ne faut point de contention d'esprit pour les comprendre, il n'y a point de grands raisonnements à faire, il ne faut point se fatiguer la mémoire; il faut qu'imaginer”. HUET, Pierre Daniel. *Lettre à M. Segrais sur l'origine des romans*. (1669) In: COULET, Henri. (dir.) *Idées sur le roman: texts critiques sur le roman français XII^e – XX^e siècle*. Paris: Larousse: 1992, p. 111.

⁹ CARVALHO, Francisco Freire de. *Lições Elementares de Eloquência Nacional* para uso da mocidade de ambos os hemisferios que falla o idioma português. 6^a edição. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1861, p.278.